

Rede ANBIMA de
**SUSTENTA
BILIDADE**

QUE COP É ESSA?

Entenda por que a COP17 da Biodiversidade
importa para o mercado de capitais



QUE COP É ESSA?

A natureza está no radar de governos, empresas e investidores. O desafio é entender como essa agenda pode chegar aos fundos, aos títulos e às decisões do dia a dia do mercado de capitais.

COP17 da Biodiversidade

📍 Yerevan, Armênia

📅 19 a 30 de outubro de 2026



UM ENCONTRO GLOBAL SOBRE A NATUREZA

A COP (Conferência das Partes) da Biodiversidade é uma reunião da ONU em que governos de **quase 200 países** discutem como proteger a natureza e usar os recursos dela de forma sustentável.

Ela acontece a cada dois anos desde 1994 e foi estabelecida pela CDB (Convenção sobre Diversidade Biológica), em 1992, durante a ECO-92 no Rio de Janeiro.

Na prática, é onde os países negociam caminhos para conservar florestas, rios, oceanos, espécies, solos e ecossistemas. Quem decide são os países. Mas os efeitos impactam a economia.

NÃO É COP DO CLIMA

A **COP do clima**, que acontece anualmente, trata da emergência climática e da urgência de redução das emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa).

A **COP da biodiversidade** trata da **conservação da natureza** em três níveis – genes, espécies e ecossistemas – e dos biomas que a sustentam, como florestas, solos, águas e oceanos. São agendas diferentes, mas conectadas.

A estrutura é semelhante: as **COPs são divididas em dois espaços** – a “Blue Zone”, para as negociações entre os países, e a “Green Zone”, com participação aberta para empresas, ONGs, sociedade civil e povos tradicionais. **São duas semanas de eventos e reuniões** acontecendo simultaneamente para avançar nos desafios da biodiversidade.

As COPs do clima e da biodiversidade fazem parte das Convenções do Rio, conjunto de três acordos internacionais estabelecidos na ECO-92. A terceira é a Convenção de Combate à Desertificação, que aborda problemas como a degradação do solo e a seca, que comprometem a produção de alimentos e o acesso à água. A edição mais recente da COP da desertificação aconteceu em agosto de 2026, na Mongólia.

NATUREZA NÃO É

SÓ PAISAGEM

A biodiversidade é a base do capital natural que sustenta grande parte das atividades econômicas: recursos energéticos, água limpa, solo fértil, polinização, pesca, alimentos, madeira, medicamentos, recursos genéticos e regulação do clima.

Segundo o Fórum Econômico Mundial, mais da metade do PIB global, cerca de **US\$ 44 trilhões por ano**, depende de forma moderada ou alta da natureza.

Quando esses serviços falham, o impacto aparece na produção, nos custos, no crédito, nos seguros e no valor dos ativos.



O QUE ISSO TEM A VER COM O MERCADO?

Empresas financiadas pelo **mercado dependem** da natureza para produzir, transportar, vender e manter cadeias funcionando. Isso vale para **agronegócio, alimentos, energia, infraestrutura, papel e celulose, mineração, saneamento, turismo, cosméticos e biotecnologia**.

Quando os serviços naturais são comprometidos, o mercado passa a lidar com **riscos físicos**, que impactam diretamente as finanças – do mercado, das empresas e das pessoas.

Há também **riscos de transição**, associados à adaptação a uma economia mais sustentável, como novas regulações, tecnologias e mudanças na percepção pública.

Por isso, a **degradação da natureza deve ser considerada** na avaliação de investimentos, seguros e crédito.

Mapear dependências e riscos, além de identificar formas de reduzi-los ou contribuir para a **regeneração** da natureza, é estratégico para a alocação de capital.



ONDE ESTAMOS:

O PLANO GLOBAL PARA A NATUREZA

O ponto de partida foi o Marco Global da Biodiversidade Kunming-Montreal, aprovado em 2022, na COP15: **23 metas** para frear e reverter a perda de natureza até 2030, entre elas proteger 30% das áreas terrestres e marinhas do planeta. Faltava definir como pagar a conta.

Na **COP16, em Cali (Colômbia)**, em 2024 – a sessão foi retomada e concluída em Roma, em fevereiro de 2025 –, os países aprovaram uma estratégia para mobilizar US\$ 200 bilhões por ano até 2030, de fontes públicas e privadas, um roteiro para o mecanismo financeiro da Convenção e o Cali Fund, que recebe contribuições de empresas que lucram com dados genéticos da natureza.

O QUE ESPERAR DA COP17?

Agora é hora de conferir se o combinado dos acordos anteriores saiu do papel. Em Yerevan, os países fazem a primeira revisão global do marco: uma prestação de contas do que avançou desde 2022 e do que está atrasado. Três pautas devem dominar a mesa.

Financiamento: como chegar aos US\$ 200 bilhões anuais até 2030 e como vai funcionar o mecanismo financeiro.

Monitoramento: os indicadores que vão medir se as metas estão sendo cumpridas.

Informação genética digital: os próximos passos do Cali Fund e da repartição de benefícios.

A blurred background image of a business meeting. In the foreground, a man in a suit is looking down at a tablet. In the background, other people are visible, including a woman in a white shirt and a man in a blue shirt. The overall tone is professional and corporate.

NO RADAR DE

EMPRESAS, BANCOS E INVESTIDORES

Entre as 23 metas do Marco Global da Biodiversidade, a Meta 15 exige atenção do mercado. **Ela pede que os governos criem condições, inclusive legais, para que grandes empresas e instituições financeiras avaliem e divulguem seus riscos, dependências e impactos sobre a biodiversidade.** uma meta dos países, não uma obrigação direta das empresas, mas orienta a regulação que vem por aí.

O sinal mais concreto são os padrões de relato. As recomendações da TNFD (Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas à Natureza) já servem de referência para empresas e instituições financeiras relatarem dependências e riscos relacionados à natureza. Já o ISSB (Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade), responsável pelas normas IFRS S1 e S2, está trabalhando em divulgações relacionadas à natureza com base nas recomendações da TNFD. A previsão é apresentar essa proposta para consulta pública durante a COP17 da Biodiversidade.

Para as empresas, também é importante a Meta 13, que trata da repartição justa dos benefícios decorrentes do uso de recursos genéticos e de suas informações digitais. O tema é relevante para setores como cosméticos, farmacêutico, alimentos e biotecnologia.

DA CONFERÊNCIA PARA A MESA DE ANÁLISE

Para quem trabalha com crédito, fundos, títulos ou relacionamento com clientes, biodiversidade pode parecer distante. Mas ela entra em perguntas práticas:

A empresa depende de água, solo, florestas ou polinizadores?

Sua cadeia está exposta a desmatamento, escassez hídrica ou novas regras ambientais?

Há dados suficientes para avaliar esses riscos?

OPORTUNIDADES

PARA O MERCADO

Mobilizar US\$ 200 bilhões por ano até 2030 exige capital público e privado. O que mais importa para o mercado:

Como o capital chega

Fundos e títulos temáticos: produtos com recursos atrelados a indicadores de natureza, como vegetação nativa preservada ou desmatamento evitado.

Blended finance: capital público e filantrópico assume parte do risco de projetos de sustentabilidade e atrai o investidor privado.

Crédito: linhas em que o uso sustentável da natureza e da biodiversidade entra na análise de risco e influencia prazo, taxa e acesso ao financiamento.

Para onde ele vai

Bioeconomia e biotecnologia: alimentos, cosméticos, bioinsumos e medicamentos desenvolvidos a partir de recursos biológicos e genéticos, com a floresta preservada.

Restauração e conservação: recuperação de áreas degradadas e proteção de espécies e ecossistemas.

Transição produtiva: investimentos para que setores econômicos reduzam o desmatamento, o uso de água e a pressão sobre ecossistemas.

O BRASIL ESTÁ NO CENTRO DESSA AGENDA COM DUAS VANTAGENS

A primeira é natural: seis biomas continentais (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa), além do sistema Costeiro-Marinho. Esse patrimônio abriga uma das maiores biodiversidades do planeta e oferece oportunidades para a bioeconomia, a agricultura de baixo impacto, as soluções baseadas na natureza e negócios de restauração ambiental, com potencial para abrir novas frentes de financiamento e desenvolvimento.

A Meta 2 do Marco Global da Biodiversidade visa à restauração de pelo menos 30% das áreas que já foram severamente degradadas ou convertidas. No Brasil, isso coloca em foco sobretudo a Mata Atlântica, o Cerrado e os sistemas costeiro-marinhos, um ponto que deve estar cada vez mais no radar de gestores e empresas.

A segunda é financeira: um mercado de capitais estruturado, com autorregulação e regras para identificar produtos sustentáveis, preparado para receber investimentos, inclusive internacionais.

Com mais informações sobre a natureza, o mercado pode avaliar melhor riscos e separar projetos frágeis de **projetos que geram valor econômico e ambiental.**



COMO

ACOMPANHAR

A **COP17** acontece de 19 a 30 de outubro de 2026, em Yerevan, na Armênia.

O credenciamento para a Blue Zone está encerrado, mas as sessões plenárias são transmitidas pelo site oficial da Convenção, onde também fica a programação de eventos paralelos.

Site oficial e transmissões: cbd.int/conferences/2026

QUER SABER MAIS? VEM COM A ANBIMA!

Somos a Anbima, associação que representa mais de 1.600 instituições do mercado de capitais brasileiro. Conheça nossa diretoria. Apoiamos as instituições do mercado na incorporação das questões ESG, por meio de jornadas de letramento, disponibilização de ferramentas e representação do setor em fóruns e conferências.

Entre na Rede ANBIMA de Sustentabilidade, nosso fórum com profissionais de mercado, especialistas ESG, acadêmicos e sociedade para fomentar as finanças sustentáveis e oferecer ferramentas para implementação dessa agenda.

Assine a newsletter Conexão ESG e acompanhe notícias de sustentabilidade que impactam o mercado de capitais.

OUTUBRO DE 2026

Rede ANBIMA de
SUSTENTABILIDADE

